



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA
EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INTERDISCIPLINARES**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO
DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CUBATÍ-PB**

**Aluno:
Jeferson Clementino Neto**

**Professora Ms.:
Juliana Nóbrega de Almeida**

**CAMPINA GRANDE
2014**

JEFERSON CLEMENTINO NETO

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO
DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CUBATÍ-PB**

**Monografia apresentada ao curso de
Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da
Universidade Estadual da Paraíba, como um dos
pré-requisitos para obtenção do título
Especialista.**

**Orientadora:
Prof. Ms. Juliana Nóbrega de Almeida**

**Campina Grande
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C626p Clementino Neto, Jeferson
Políticas públicas para educação do campo no município de
Cubati-PB [manuscrito] : / Jeferson Clementino Neto. - 2014.
30 p. : il.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual
da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

"Orientação: Prof^ª. Ms^ª Juliana Nóbrega de Almeida,
Departamento de geografia".

"Co-Orientação: Prof^ª. Dr^ª Joana D'arc Araújo Ferreira,
Departamento de geografia".

1. Políticas Públicas. 2. Educação 3. Formação de
professores I. Título.

21. ed. CDD 371.9

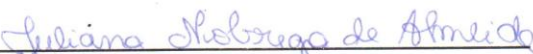
JEFERSON CLEMENTINO NETO

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO
DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CUBATÍ-PB**

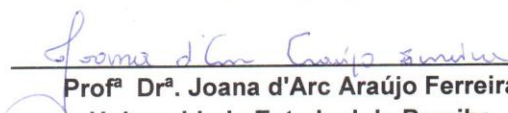
Monografia apresentada ao curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, como um dos pré-requisitos para obtenção do título Especialista.

Aprovada em 14 / 06 / 2014.

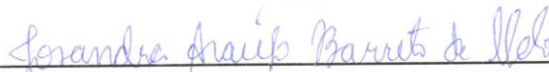
Banca Examinadora



Prof^ª Ms. Juliana Nóbrega de Almeida
Universidade Estadual da Paraíba
Orientadora



Prof^ª Dr^ª. Joana d'Arc Araújo Ferreira
Universidade Estadual da Paraíba
Examinadora



Prof^ª Dr^ª. Josandra Araújo Barreto de Melo
Universidade Estadual da Paraíba
Examinadora

A meu pai Francisco de Assis Azevedo (In
memoriam), pela educação que mim deu, e
pela amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao governo da Paraíba por ter nos proporcionado este curso de Especialização e a ajuda de custo do transporte para que pudéssemos ter a condição necessária de nos deslocarmos de nossa cidade até a Universidade.

A Universidade Estadual da Paraíba pelo acolhimento em suas dependências, pelo material impresso, equipamentos tecnológicos fornecido, como também aos coordenadores do curso, por nos receber tão bem todas as vezes que lhes procuramos.

A Orientadora Juliana Nóbrega de Almeida, pelo carinho, compreensão, simplicidade e respeito para com os alunos. Parabenizá-la pela forma de como conduziu a orientação e a dinâmica utilizada na preparação do material da monografia.

Aos Professores Luciano Albino, Juliana Nóbrega, Antônio Carlos, Simone Dália, Elí Brandão e Célia Regina. Como também aos professores e coordenadores das disciplinas à distância, pelo apoio, compreensão e transmissão de conteúdos que irão nos engrandecer ainda mais o nosso conhecimento.

Aos funcionários da limpeza, da coordenação, da organização das salas, como também da biblioteca, pela presteza dos serviços durante a realização do curso.

Aos colegas de sala pelo companheirismo e respeito mútuo. Aos amigos, José de Anchieta, Pedro Luna, Adriana Brito e Aleksandro Moura, pela companhia na divisão do transporte nas viagens para a Universidade.

A minha esposa e filhas, pela compreensão da ausência na nossa residência aos sábados, e pela força e incentivo a conclusão do curso.

Feliz aquele que transfere o que sabe
e aprende o que ensina

Cora Carolina

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar as políticas públicas para a Educação do Campo, implantadas no município de Cubatí-PB. Dessa maneira, este estudo construiu uma reflexão sobre a relevância da prática da Educação do Campo, como política educacional de uma parcela da população que por muito tempo esteve a margem da sociedade. Isso ocorreu pelo fato de que o campo carregou por muito tempo uma história de atraso, migrações e precárias condições de educação escolar, tendo negado este direito aos camponeses. Por isso a pedagogia da Educação do Campo mostra que este espaço está em movimento e cheio de singularidades. Hoje o campo passa a entrar no cenário das discussões educacionais do país, e Cubatí-PB não poderia estar de fora dessa nova realidade escolar. Os caminhos metodológicos para a construção dessa pesquisa foram desenvolvidos por meio de um estudo de caso, juntamente com estudo bibliográfico, documental e de campo. Na pesquisa de campo foram feitas visitas nas escolas do campo para identificar o conhecimento dos professores sobre políticas públicas, vinculados aos saberes mobilizados para a escola do campo, de maneira teórica e prática, utilizando nessa fase um questionário estruturado, aplicado junto aos professores da escola Antônio Pereira de Souto, situada no assentamento São Domingos e da escola José de Medeiros Dantas, situada no sítio Abreu, na zona rural de Cubatí-PB. Nessa perspectiva, a pesquisa buscou contribuir junto a educação do campo, destacando a relevância da identidade e da vida do campo. Contudo, é notório que para melhorar a Educação do Campo em Cubatí - PB, é necessário ocorrer formações continuadas, associada ao processo de melhoria das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do campo, em seu cotidiano escolar, no sentido de promover a construção de novos conhecimentos que darão suporte ao trabalho docente e proporcionando a emancipação dos discentes.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação do Campo, Formação Docente.

ABSTRACT

This work aims to identify the public policies for Rural Education, established in the city of Cubati-PB. Thus, this study constructed a reflection on the relevance of the practice of Rural Education, education policy as a parcel of the population that has long been on the margin of the society. This occurred because the camp carried for a long time a history of delay, migration and precarious school education, having denied this right to the landmen. So the pedagogy of Rural Education shows that this space is in movement and full of singularities. Today the camp is entering in the scenery of educational discussions of the country, and Cubati-PB could not be out of this new school reality. The methodological ways to the construction of this research were developed through a case study, along with bibliographic, documental and camp search. In camp research visits were made in the own camp schools to identify the teachers knowledge about public policy, linked to the knowledge mobilized to that place, theoretical and practical way, using, in this phase, a structured questionnaire applied to teachers at school Antonio Pereira de Souto, located in the settlement São Domingos and to José de Medeiros Dantas school, situated on the Abreu farm, in the rural zone of cubati. In this perspective, the research sought to contribute with rural education, drafting the relevance of identity and life of the camp. However, it is clear that to improve Rural Education in Cubati - PB, it is necessary to happen continuing education, associated with the improvement of pedagogical practices developed by teachers in the camp, in their school routine, in order to promote the construction of new knowledges that will support the work of teaching and providing the enfranchisement of learners.

keywords: Public Policy, Rural Education, Teacher Training

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
3 METODOLOGIA	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27
APÊNDICE	29

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a sociedade aprendeu que o campo está vivo, seus sujeitos se mobilizam e produzem uma dinâmica social e cultural que precisa ser compreendida, e lutam pelos seus direitos, inclusive a educação, discussão essa que faz parte das políticas públicas educacionais.

As políticas educacionais no Brasil padecem de uma indefinição de rumos. E as políticas educacionais para o campo ainda mais. A escola no meio rural passou a ser tratada no sistema educacional brasileiro, como secundária. Conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços obtidos nas últimas décadas se compará-la a cidade, e o campo nem sempre teve o reconhecimento e garantia do direito à educação básica. Por muito tempo a visão que prevaleceu na sociedade, continuamente majoritária em muitos setores, é a que considera o campo como lugar atrasado, do inferior, do arcaico.

O silenciamento, esquecimento, e até o desinteresse sobre o rural nas pesquisas sociais e educacionais é um dado histórico que se tornava preocupante. Por isso, o movimento por uma Educação do Campo nasceu para denunciar esse comportamento por parte dos órgãos governamentais, dos núcleos de financiamento e estímulo às pesquisas, dos centros de pós-graduação e dos estudiosos das questões sociais e educacionais. Podemos perceber que o silenciamento e esquecimento não tem mais sentido, e se torna urgente ouvir e entender a dinâmica social, cultural e educativa dos diferentes grupos que formam o povo do campo.

Só a sentido em se discutir uma proposta educacional específica para as necessidades dos sujeitos do campo se houver um projeto novo de desenvolvimento para o campo, que seja parte de um projeto nacional. As reflexões que abarcam a complexidade dos problemas na Educação do Campo, não podem ser compreendidas sem se analisar a dificuldade maior, que é a de sobrevivência no espaço rural, na sociedade brasileira.

Em defesa de Políticas Públicas de Educação do Campo, os movimentos sociais carregam bandeiras de luta popular pela escola pública como direito social e humano e como dever do Estado. Nas últimas décadas os movimentos sociais vêm pressionando o Estado e as diversas esferas administrativas a assumir sua responsabilidade no dever de garantir escolas, profissionais, recursos e políticas

educativas capazes de configurar a especificidade da Educação do Campo. No vazio e na ausência dos governos, os próprios movimentos tentam ocupar esses espaços, mais cada vez cresce a consciência do direito e a luta pela Educação do Campo como política pública.

Fazer do povo do campo e dos seus processos de formação o ponto de partida para a formulação de Políticas Públicas educativas significa garantir o caráter popular destas políticas e sua articulação com um projeto de país e de campo.

O presente trabalho aborda a Educação do Campo ressaltando o estudo sobre as políticas públicas implementadas nas escolas do campo, onde o movimento por uma Educação do Campo pretende obter maior atenção dos governos federal, estaduais e municipais para seu dever de garantir o direito à educação para milhões de crianças e adolescentes, de jovens e adultos que trabalham e vivem no e do campo.

O trabalho apresentado tem como objetivo geral, estudar as propostas e os projetos governamentais relacionados as Políticas Públicas para a Educação do Campo e as formas de implementação desses projetos. Como também: Identificar os Projetos Políticos Pedagógicos que estão sendo oferecidos para a Educação do Campo na cidade de Cubati-PB; Analisar o que mudou nas últimas décadas na Educação do Campo; Apontar as entidades e grupos sociais que lutam pela melhoria na Educação do Campo; Relacionar dados estatísticos que comprovem um avanço ou retrocesso na Educação do Campo e Identificar quais Políticas Públicas estão sendo desenvolvidas nas Escolas do Campo da cidade de Cubati-PB.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As escolas não devem ser compreendidas exclusivamente como local e sistema de ensino, respectivamente. A educação escolar carrega ao longo de sua constituição, sentidos amplos de caráter social, histórico, simbólico e também refletem aspectos econômicos. Baseado nesse contexto, é importante pesquisar de maneira mais profunda as Políticas Públicas para a Educação do Campo, e verificar o que está sendo implantado e desenvolvido nas escolas das zonas rurais do Brasil e de nosso município, o que está sendo feito para melhoramento da aprendizagem de nossos jovens e quais as expectativas de vida esses jovens estão tendo para que tenham um futuro promissor. “Já que o Brasil possui hoje, 76,2 mil escolas rurais e 8,4 milhões de pessoas em idade escolar vivendo no campo” (MEC, 2013).

Uma política pública redistributiva e emancipatória seria aquela capaz de retirar do mercado de trabalho, formal e informal, todas as crianças e jovens até a idade legal de conclusão do ensino médio, o que pressupõe o desenvolvimento de iniciativas que combinem medidas na área de educação e da formação profissional e o acesso a programas de transferência de renda aos jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, conforme reivindicação de movimentos sociais e insistente recomendação de especialistas, com ensaios bem ou mal sucedidos do governo atual (MORAES, 2006, apud, BRASIL, 2013, p. 41).

A Educação do Campo por muitos anos esteve esquecida pela maioria dos governantes, e um dos problemas do campo no Brasil hoje é a ausência de uma política pública que garanta seu desenvolvimento em formatos adequados à melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali vivem e trabalham no campo. No contexto atual do nosso país, defender políticas públicas específicas para o campo não significa discriminá-lo ou pretender insistir numa postura dicotômica entre rural e urbano. Ao contrário, no nosso caso, precisamos de políticas específicas para romper com o progresso de discriminação, para fortalecer a identidade cultural negada aos diversos grupos que vivem no campo, e para garantir atendimento diferenciado ao que é diferente, mas que não deve ser desigual.

Através dos movimentos sociais tais como: Os Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a luta dos indígenas e dos povos das florestas por uma escola vinculada a sua cultura e por diversas iniciativas tomadas pelas comunidades e pelos professores, tivemos uma mudança significativa

quando se trata da educação do campo. Muitas foram as conquistas, mas temos muito ainda a conquistar.

Uma boa parte dos alunos do município estudado estão saindo do campo para estudar na cidade, seja pela falta de estrutura nas escolas da zona rural, pelo governo oferecer transporte escolar e diminuir a despesa com a contratação de novos professores e a falta de professores capacitados para trabalharem nessas comunidades.

É preciso que seja implantada uma política pública que assegure ao trabalhador rural o direito de permanecer em seu domicílio, que os profissionais da educação sejam bem preparados e tenham cursos de formação para trabalharem conteúdos relacionados a agricultura local, desenvolver habilidades de criar objetos artesanais no intuito de aproveitar o que o campo lhe oferece, de trabalhar as questões ambientais dentro da própria comunidade, de oferecer oportunidade de fazer um trabalho coletivo entre os trabalhadores das comunidades mais próximas, proporcionando e criando cooperativas.

Fernandes et al. (2004, p.25) afirmam que a utilização da expressão campo foi adotada em função da reflexão sobre o "(...) sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho". A intenção explícita é resgatar o conceito de camponês. Aprofunda-se a definição de como.

(...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas (...). (FERNANDES et al., 2004, p. 137)

Portanto, é com esse intuito de promover o intercâmbio entre o rural e o urbano que pretendo verificar o que está sendo feito e proposto para o melhoramento da aprendizagem do aluno na zona rural, já que trabalho nas escolas da zona urbana e recebemos uma clientela muito grande de alunos advindos do campo, fazendo um estudo mais aprofundado das políticas públicas para educação do campo, tanto no contexto nacional como também no nosso município.

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas sobretudo, deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz. Um primeiro desafio que temos é perceber qual

educação está sendo oferecida ao meio rural e que concepção de educação está presente nesta oferta e garantir que todas as pessoas do meio rural tenham acesso a uma educação de qualidade, voltada aos interesses da vida no campo. Nisto está em jogo o tipo de escola, a proposta educativa que ali se desenvolve e o vínculo necessário desta educação com uma estratégia específica de desenvolvimento para o campo.

Construir uma política de educação do campo referenciada na grande diversidade das populações rurais brasileiras é uma tarefa a que o Ministério da Educação, juntamente com os sistemas públicos de ensino e os movimentos sociais e sindicais do campo, tem se dedicado com grande zelo em virtude do reconhecimento da enorme dívida do poder público em relação ao direito dos povos do campo à educação.

A partir do conceito presente na legislação educacional atualmente em vigor no Brasil, a escolarização não é toda a educação, mas é um direito social fundamental a ser garantido para todo o nosso povo, seja do campo ou da cidade.

A educação rural no Brasil, por motivos sócios culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: "gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade". (LEITE, 1999, p. 14)

Segundo o decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, referentes aos marcos normativos da educação do campo, o seu artigo 3º diz: caberá a união criar e implementar mecanismos que garantam a manutenção e o desenvolvimento da educação do campo nas políticas públicas educacionais, com o objetivo de superar as defasagens históricas de acesso à educação escolar pelas populações do campo, visando em especial:

- I - reduzir os indicadores de analfabetismo com a oferta de políticas de educação de jovens e adultos, nas localidades onde vivem e trabalham;
- II - fomentar educação básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, integrando qualificação social e profissional ao ensino fundamental;
- III - garantir o fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico, bem como outras condições necessárias ao funcionamento das escolas do campo; e
- IV - Contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, à conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias

digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas do campo.

Quando discute-se a educação do campo estamos tratando de educação que se volta ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. O propósito é conceber uma educação básica do campo, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais.

Para que vivam com dignidade e que, organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação. Não basta ter escolas no campo, deve-se ajudar a construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo.

Há uma mudança significativa a partir da própria concepção de educação rural, agora intitulada de educação do campo, que expressa, segundo Caldart (2004, p. 17), um "processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações". O nome educação do campo, ainda que incorpore uma rica discussão e mobilização social, tem limites em termos de capacidade explicativa, tendo em vista a já assinalada diversidade de sujeitos, contextos, culturas e formas de produção e ocupação do meio rural.

Decidimos utilizar a expressão campo e não mais a usual meio rural, com o objetivo de incluir no processo (...) uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho. (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2004, p. 25)

Para pensar a vida do campo, precisa-se pensar a relação campo e cidade no contexto do modelo capitalista de desenvolvimento em curso no país. O rápido avanço do capitalismo no campo esteve baseado, no Brasil, em três elementos fundamentais: um desenvolvimento desigual, nos diferentes produtos agrícolas e nas diferentes regiões; um processo excludente, que expulsou e continua expulsando camponeses para as cidades e para regiões diferentes de sua origem; e um modelo de agricultura que convive e reproduz simultaneamente relações sociais

de produção atrasadas e modernas, desde que subordinadas ambas à lógica do capital.

Os pequenos agricultores lutam por uma política agrícola diferenciada para a agricultura familiar. A política governamental fala em agricultura familiar, mas a olha com um sentido diferente. Um projeto de educação que contribua para com a realidade do campo é fundamental para a modernização da agricultura brasileira. Um passo importante é reconhecermos a necessidade da escola no campo e do campo.

Valorizar esta condição é o ponto de partida, e um outro grande desafio é pensar numa proposta de desenvolvimento e de escola do campo que leve em conta a tendência de superação da dicotomia rural-urbano, que seja o elemento positivo das contradições em curso, ao mesmo tempo que resguarde a identidade cultural dos grupos que ali produzem sua vida. Neste sentido, uma escola do campo não precisa ser uma escola agrícola, mas será necessariamente uma escola vinculada à cultura que se produz através de relações sociais mediadas pelo trabalho na terra.

Embora os problemas da educação não estejam localizados apenas no meio rural, neste a situação é mais grave, pois além de não considerar a realidade sócio ambiental onde cada escola está inserida, esta foi tratada sistematicamente, pelo poder público, como resíduo, com políticas compensatórias, programas e projetos emergenciais, e muitas vezes ratificou o discurso da cidadania e, portanto, de uma vida digna reduzida aos limites geográficos e culturais da cidade, negando o campo como espaço de vida e de constituição de sujeitos cidadãos. (ROCHA, 2004, p.1)

Um outro problema grave é em relação aos professores que lecionam nas escolas do campo. Há consenso sobre os dois problemas principais: valorização do magistério e formação dos professores/das professoras. Problemas que não são somente do meio rural mas sim de todo o sistema educacional brasileiro.

O Plano Nacional Brasileiro não faz menção nem traz dados sobre o campo (DOURADO, 2011). Mas o que todos nós já sabemos é que estão no meio rural algumas das principais aberrações salariais, de professores que ficam longe de receber o salário mínimo, e muito menos o piso que deveria está sendo garantido pela legislação em vigor, e que precisam se submeter a condições precárias de trabalho, tendo que lecionar em salas multisseriadas, superlotadas de alunos e que também muitos desses professores não tem sequer uma formação acadêmica porque na maioria das vezes estão ali por apadrinhamento político.

No campo também se concentra o maior número de professores leigos, que são mínimas as possibilidades de formação no meio rural, e que de modo geral, os programas de formação de professores, incluindo os cursos de Magistério e os cursos superiores, não tratam das questões do campo, nem mesmo nas regiões em que grande parte dos futuros professores seguramente irá trabalhar neste contexto, ou se o fazem, é no sentido de reproduzir preconceitos e abordagens pejorativas; e que, por extensão, praticamente inexistem materiais didáticos e pedagógicos que subsidiem práticas educativas vinculadas às questões específicas da realidade do campo.

Garantir o acesso à Educação para todos os segmentos de ensino é o maior desafio da Educação rural no país. Geralmente, as comunidades isoladas têm salas multisseriadas com um professor que dá aulas somente até o 5º ano. Com isso, após concluir a primeira etapa do Ensino Fundamental, as crianças e adolescentes desses locais têm dificuldades para prosseguir os estudos. O Acre (Nova Escola, 2012, p.12) por exemplo, é um dos estados que enfrentam esse problema. Caracterizado pela baixa densidade demográfica (4,47 habitantes por quilômetro quadrado) e composto de apenas 22 municípios, ele tem boa parte de sua população vivendo em comunidades ribeirinhas, reservas extrativistas e assentamentos distantes das cidades.

Devido a dificuldade de contratar docentes especialistas para trabalhar nos locais distantes, um mesmo professor polivalente acompanha cada turma do 1º ao 5º ano na forma de multisseriado e as vezes fazendo rodízio com outro professor.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. Também pelos desafios da sua relação com o conjunto da sociedade.

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana. (BRASIL, 2001, p. 1)

Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos da resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; sujeitos da resistência na terra dos quilombos e pela identidade própria desta herança; sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; e sujeitos de tentas outras resistências culturais, políticas e pedagógicas.

Enfim, precisamos com urgência de políticas públicas que garantam: Programas ou iniciativas continuadas de alfabetização de jovens e adultos; acesso de toda a população a uma escola pública, gratuita e de qualidade, desde a educação infantil até, pelo menos, o Ensino Médio; criação de escolas técnicas regionais; programas específicos de formação continuada de educadores/educadoras do campo; apoio à produção e à divulgação de materiais didáticos e pedagógicos que tratem de questões de interesse direto de quem vive no campo; programas de valorização e de apoio às produções culturais próprias a ao intercâmbio cultural; e programas de produção e de formação profissional desenvolvidos na perspectiva da construção do novo projeto de desenvolvimento do campo.

3 METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho, os caminhos metodológicos seguiram uma pesquisa do tipo estudo de caso, realizando um estudo sobre as Políticas Públicas para a Educação do Campo, construído de pesquisas bibliográficas em livros, revistas e artigos, para que em primeiro plano, pudesse ter um diagnóstico do que está sendo implementado como política pública nas escolas do campo.

Foi feito também uma pesquisa documental e de campo, como a visita em algumas escolas do campo situadas no município (conforme fotos em anexo), para que fosse feita uma análise de como estas escolas funcionam, conhecendo também alguns documentos sobre Educação do campo, obedecendo o seguinte cronograma.

Quadro 01: Cronograma da pesquisa

ATIVIDADES	MÊS/ANO						
	DEZ 2013	JAN 2014	FEV 2014	MAR 2014	ABR 2014	MAI 2014	JUN 2014
Pesquisa Bibliográfica	X	X	X	X			
Elaboração		X	X	X	X		
Análise						X	X
Seleção da Amostra			X	X			
Coleta de Dados	X	X	X	X	X		
Apresentação/Defesa						X	X

No tocante a obtenção de dados relacionados as escolas do campo do município de Cubatí-PB, a pesquisa de campo trouxe as singularidades, da dialética da educação do campo, juntamente com o conhecimento dos professores, gestores, Secretaria de Educação e Coordenação das escolas, sobre esta nova necessidade educacional do país, por meio de um questionário (ver apêndice), para verificarmos e fazermos uma comparação com a realidade das escolas do campo do município em estudo e das escolas de outros estados de nosso país.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho sobre as políticas públicas educacionais para a Educação do Campo, foi realizado no município de Cubatí-PB. Município localizado na microrregião denominada Seridó paraibano, caracterizada pelas condições climáticas do semiárido, densamente povoada em sua área de 137 Km². Sua população é constituída basicamente por pequenos agricultores, comerciantes, funcionários públicos e aposentados rurais. Cerca de 17% da população é beneficiária dos Programas de Transferência de Renda, equivalente a 180 famílias. O município possui um Índice de desenvolvimento Humano de 0,566 e com expectativa de vida em torno de 70 anos.

O desenvolvimento desse trabalho partiu de uma pesquisa, através de um questionário, que foi respondido por professores de duas escolas do campo, pelo Secretário Municipal de Educação e pela Coordenadora das Escolas do Campo.

Segundo o Secretário de Educação e a Coordenadora das escolas do campo, o município de Cubatí-PB, tem 11 escolas do campo, com um total de 222 alunos matriculados no ano de 2014, quinze professores trabalham diretamente nessas escolas, além de contar com auxiliares de serviços gerais (merendeiras, auxiliares de limpeza e vigia). A maioria dessas escolas, funcionam no turno da manhã, possuem 2 salas de aula, com 1 banheiro, 1 cantina e secretaria, não possuem área de lazer, apenas o pátio da escola como recreação, a maioria possuem cisternas de água e o abastecimento é feito com carro pipa.

Nos últimos anos a prefeitura firmou convênios com as Universidades UVA (Universidade Vale do Acaraú) e UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) e foram ministrados no próprio município cursos de Licenciatura em Pedagogia e Especialização, portanto a maioria dos professores tem pelo menos um destes cursos.

Apesar dos professores terem na sua maioria, uma formação de especialização, não trabalham um currículo voltado para a pedagogia do campo. Quando há um curso de formação, esse é ministrado para todos os professores da rede municipal, sem diferenciar a educação do campo, da educação urbana.

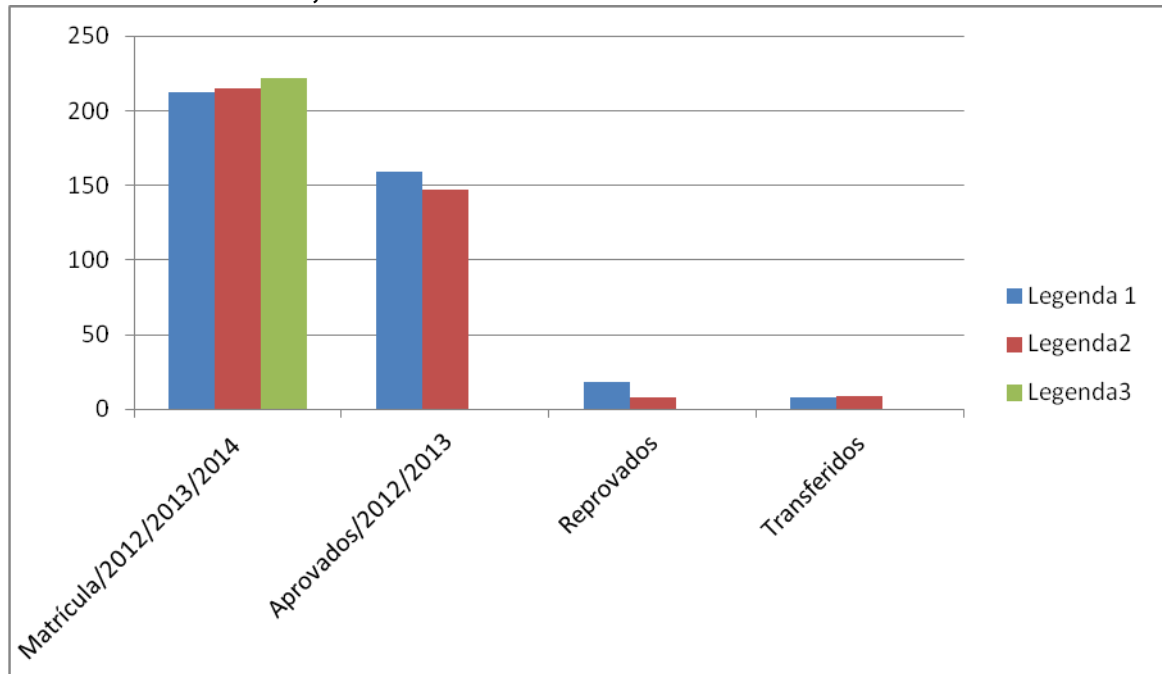
Enfim, pode-se constatar que as escolas do campo do município de Cubatí-Pb, recebe poucos recursos referentes a políticas públicas para um bom desenvolvimento da educação, pois relata o Secretário que o município é

contemplado apenas com o PNAE, PNLD, PDDE e Caminho da Escola. Segundo o Secretário, "Para acabar com o multisseriado e melhorar a educação do campo, é preciso que haja uma política de polarização nas escolas do campo".

A educação do campo tem melhorado significativamente, como demonstra o gráfico abaixo, que destaca o número de matrículas dos alunos em 2012 e 2013 segundo dados obtidos na Secretaria Municipal de Educação.

Pode-se constatar que, nos últimos três anos o número de alunos matriculados nas escolas do campo vem aumentando a cada ano e que o número de alunos reprovados está diminuindo. Isso demonstra que o trabalho envolvendo professores, equipe pedagógica e a cobrança da comunidade por uma educação melhor, num trabalho coletivo, contribui para uma educação de qualidade. Além disso a qualidade de ensino tem melhorado devido aos investimentos do governo em relação aos programas implantados no município como, PNAE, PNLD, PDDE e o Caminho da Escola.

Gráfico 1: Percentual de alunos Matriculados, Aprovados, Reprovados e Transferidos em 2012, 2013 e 2014.



Fonte: Secretaria de Educação do Município de Cubatí-PB

As duas escolas visitadas localizam-se em locais distintos, cerca de 6 km de distância uma da outra, e tem perfil de funcionamento distintos. A escola da figura 1 abaixo, localiza-se em um assentamento, o prédio pertence ao governo do estado,

possui três salas de aula, cantina, banheiro, e um pátio amplo. Atualmente está funcionando como experiência, num processo de polarização, ou seja, uma professora com uma turma de pré-escolar, outra com turmas de 2º e 3º anos e a outra com as turmas de 4º e 5º anos, com o intuito de posteriormente acabar com o sistema de multisseriado.

Na escola estão matriculados 48 alunos no ano de 2014, distribuídos nessas três turmas, conta com 10 funcionários, dentre eles, três professoras, uma diretora, uma secretária, um vigilante, um porteiro e três auxiliares de serviços gerais, dos quais uma é a merendeira.

Figura 1: Escola Antônio Pereira de Souto, Assentamento São Domingos, Cubatí-PB



Fonte: Pesquisa de Campo, Fevereiro de 2014.

Foto: Jeferson Clementino Neto

A escola referente a figura 2 abaixo, possui apenas duas salas de aula, uma cantina e um banheiro. No ano de 2014, estão matriculados 25 alunos, onde uma das salas estudam 11 alunos e a outra com 14 alunos, funcionando no sistema de multisseriado. Trabalham nessa escola apenas 5 funcionários, distribuídos entre

duas professoras, uma merendeira e dois auxiliares de serviços gerais. Diferentemente da escola mencionada na figura 1, o pátio desta escola não é isolado, e logo próximo tem uma estrada vicinal que dá acesso ao sítio onde a escola é instalada.

Figura 2: Escola José de Medeiros Dantas, Sítio Abreu - Cubatí - PB



Fonte: Pesquisa de Campo, Fevereiro de 2014.

Foto: Jeferson Clementino Neto

Os professores do município não possuem cursos de formação em educação do campo, embora alguns relataram que fizeram o PRONERA e ESCOLA ATIVA, e que estão inscrito para fazerem o curso de formação continuada, O PENAIC, previsto para iniciar no mês de Abril deste ano. Relataram também que não trabalham propostas pedagógicas relacionadas ao campo, os programas de governo que a escola é beneficiada é o bolsa família, o PNAE e o PNLD. O município ainda é beneficiado com os programas PDDE, PNATE e o PNAIC.

No município de Cubatí-PB, não se trabalha um currículo baseado na pedagogia do campo, apenas, através dos encontros nas aulas departamentais, busca-se uma adaptação do conteúdo para que este reflita a realidade do campo. O

município também não oferece cursos específicos de formação para professores que atuam nas escolas do campo, quando acontecem cursos de formação, são para todos os professores da rede municipal.

Na opinião do Secretário e da Coordenadora das escolas do campo, para melhorar a educação nas escolas do campo, a medida mais eficaz seria "uma política de polarização, pois esse é o caminho para o fim do multisseriado".

Devido à situação geral da educação brasileira hoje, e em particular da tendência de marginalização das escolas do meio rural, é também um problema grave o tipo de escola pública oferecida à população do campo. De modo geral é uma escola relegada ao abandono.

Em muito estados recebe a infeliz denominação de escolas isoladas. Tratada como uma espécie de resíduo do sistema educacional brasileiro, a escola do meio rural tem problemas:

- falta de infraestrutura necessária e de docentes qualificados;
- falta de apoio e iniciativas de renovação pedagógica;
- currículo e calendário escolar alheios à realidade do campo;
- deslocada das necessidades e das questões do trabalho no campo
- e, alheia a um projeto de desenvolvimento.

Esse resultados reafirmam a necessidade de se pensar uma educação para os sujeitos do campo, buscando romper com a concepção de que a escola urbana é melhor do que a rural. É preciso considerar que o problema da educação no Brasil não se apresenta somente no meio rural. Mas é verdade que no campo a situação se torna mais crítica, à medida que sistematicamente o campo vem sendo desqualificado como espaço de saída populacional.

Nesse vazão deixado pelo Estado têm surgido algumas iniciativas da própria população, através de suas organizações e movimentos sociais, no sentido de reagir ao processo de exclusão, forçar novas políticas públicas que garantam o acesso à educação, e tentar construir uma identidade própria das escolas do campo que ocorre de maneira tímida em Cubatí-PB.

São exemplos destes esforços:

- As Escolas-Família Agrícola (EFAs);
- As várias iniciativas no campo da alfabetização de jovens e adultos;

- A luta do Movimento Sem Terra (MST) pelas escolas de assentamento e de acampamento;
- A preocupação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) com as escolas de reassentamentos;
- A luta dos indígenas e dos povos da floresta por uma escola vinculada à sua cultura;
- E também as diversas iniciativas tomadas pelas comunidades e pelos professores/pelas professoras de inúmeras escolas isoladas, espalhadas nos vários cantos do país, que lutam pela sobrevivência e pela dignidade do seu trabalho.

Nessa perspectiva é preciso entender por escola do campo aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população. Não há escolas do campo, num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes e buscando sair dele.

Por outro lado, também não há como implementar um projeto popular de desenvolvimento do campo sem um projeto de educação e sem expandir radicalmente a escolarização para todos os povos do campo. Se a escola do campo é aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, ela somente será construída deste jeito se os povos do campo, em sua identidade e diversidade, assumirem este desafio. Não sozinhos, mas também não sem sua própria luta e organização.

Sabe-se que os investimentos em políticas públicas em nosso país ainda são poucos, e que na maioria das escolas da zona rural os recursos não chegam como deveriam chegar, principalmente nas escolas das regiões que apresentam grandes contrastes socioeconômicos, como é o caso do Nordeste. Falta estrutura física das escolas, falta professores qualificados para lecionar, falta uma política pública que invista na formação de profissionais para trabalharem conteúdos que retratem a realidade do homem do campo.

Os recursos que disposto são poucos aproveitados por falta de um estudo, planejamento e de organização por parte dos governantes, que possam garantir aos sujeitos do campo o direito a uma educação de qualidade.

A luta dos grupos sociais, que reivindicam o direito dos trabalhadores do campo de permanecerem em suas terras, e terem o direito a uma educação voltada para a sua realidade, o direito de ter um curso técnico para que possam aproveitar melhor os recursos que a terra tem para lhe dar. São grupos como: O Movimento Sem Terra, os indígenas, quilombolas, e vários outros grupos que se organizam em defesa dos direitos desses trabalhadores/trabalhadoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo conhecer e estimular os alunos, pais e todas as pessoas que trabalham e vivem no campo, a reivindicarem por mais qualidade e políticas públicas, efetivando os direitos dessa parcela da população que muitas vezes é subjulgada e esquecida pelo poder publico, principalmente no que se refere a educação escolar. Por isso é necessário cobrar dos órgãos competentes, políticas públicas para o desenvolvimento da educação do campo, para que os alunos possam usufruir com igualdade social e educacional do que lhe é de direito.

Portanto, após ser feito uma análise qualitativa e quantitativa dos dados referentes ao município de Cubatí-PB, este estudo destacou que apesar de contar com poucos investimentos em políticas públicas educacionais no município, a educação do campo tem melhorado significamente.

Como sugestão, este estudo estimulará que a Educação do Campo seja trabalhada como projeto educativo envolvendo alunos-professores-famílias, podendo ser abordado discussões nas salas de aulas das escolas da zona rural e urbana, especialmente por que na escola localizada na área urbana existe um grande número de alunos advindos da zona rural.

Para tanto, é relevante também levar a proposta para a Secretaria Municipal de Educação do Município, para que seja feito uma reunião com toda equipe pedagógica que trabalha com a educação do campo, mostrar o projeto e através deste, buscar juntos aos órgãos competentes mais recursos para essas escolas, qualidade digna de trabalho, como também cursos de aperfeiçoamento e formação para esses profissionais e técnicos, para que possamos dar aos trabalhadores/trabalhadoras do campo, uma vida digna, com respeito a essas pessoas que vivem diretamente no campo e produzem a nossa alimentação, essencial a nossa vida.

REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, C. A.; LUCINI, M. **Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação.** In: Coletânea de Textos Didático. Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares. UEPB, 2012, p. 39-42.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Formação de Professores do ensino médio.** etapa I - caderno I: ensino médio e formação humana integral / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2013, p. 51.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo, Marcos Normativos.** Brasília, SECADI, 2012, p. 82-83.

CALDART, R. S. **Sobre Educação do Campo.** In: Coletânea de Textos Didático. Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares. UEPB, 2012, p. 13-22.

_____, R. S. In: A Escola do Campo em Movimento. **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis: vozes, 2011. cap. III, p. 107.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação (2011- 2020): avaliação e perspectivas.** 2ª edição. Goiânia. Editora UFG, Belo Horizonte Autêntica, 2011.

FERNANDES, B. M. ; CERIOLI, P. R. ; CALDART, R. S. In: Primeira Conferência Nacional "Por uma Educação Básica do Campo": **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis: vozes, 2011. cap. I, p. 23-57.

_____, E. Educação Rural: encurtando distâncias. **Net,** São Paulo, abr/mai. 2012. Seção Encurtando distâncias. Disponível em: < www.revistaescola.com.br/educacao-rural.htm>: Acesso em: 10 Jan 2014.

KLAUCK, S. A Experiência da Construção do Espaço Escolar. In: **Educação do Campo:** e formação continuada de professores - uma experiência coletiva -. Porto Alegre: Fecilcam, 2008. cap. 5, p. 92.

LEITE, S.C. **Escola Rural: Urbanização e políticas Educacionais**. São Paulo. Cortez, 1999, p. 14.

PAULINA, I. Mais Força Para a Educação no Campo. **Net**. São Paulo, Jan/Fev. 2011. Seção Políticas Públicas. Disponível em: <<http://www.revistaescola.com.br/educacao-rural.htm>>: Acesso em 10 Jan 2014.

ROCHA, E. M. ; PASSOS, J. C. ; CARVALHO, R. A. **Educação do Campo: Um Olhar Panorâmico**. In: II Conferência Nacional de Educação do Campo. Luziânia, 2004.

REVISTA DO PROFESSOR NOVA ESCOLA, **Escola Rural, O orgulho de estudar no campo**. São Paulo - SP: Ed. Abril, nº 185, setembro/2005. p. 43-47.

REVISTA PRESENÇA PEDAGÓGICA, **Pedagogia da alternância na escola pública**. Belo Horizonte - MG: Ed. Dimensão, v. 20, nº 115, Jan-Fev/2014, p. 34.

APÊNDICE

UEPB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INTERDISCIPLINARES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CUBATÍ - PB QUESTIONÁRIO

01 - ESCOLA: _____

02 - LOCALIDADE: _____

03 - QUANTOS COMPARTIMENTOS A ESCOLA POSSUI ?

04 - QUANTOS ALUNOS ESTUDAM NESSA ESCOLA ?

05 - QUANTOS FUNCIONÁRIOS TRABALHAM ? QUAIS SUAS FUNÇÕES ?

06 - COMO OS ALUNOS CHEGAM ATÉ A ESCOLA ? A ESCOLA SERVE MERENDA ESCOLAR ?

07 - QUAL A SUA FORMAÇÃO ?

- Ensino Médio
 Licenciatura
 Especialização
 Outro(s)/Qual(s): _____

08 - VOCÊ POSSUI ALGUM CURSO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO ?

- sim
 não

Se sim, Qual(is) ? _____

09 - VOCÊ TRABALHA COM PROJETOS PEDAGÓGICOS QUE RETRATAM A REALIDADE DO CAMPO ?

10 - A ESCOLA FUNCIONA EM QUAL(IS) TURNOS ?

- manhã
 tarde
 noite

11 - VOCÊ FEZ OU ESTÁ FAZENDO ALGUM CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA ?

- sim
 não

UEPB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INTERDISCIPLINARES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO
NO MUNICÍPIO DE CUBATÍ - PB
QUESTIONÁRIO

- 01 - QUANTAS ESCOLAS DO CAMPO FUNCIONAM ATUALMENTE NO MUNICÍPIO DE CUBATÍ ?
- 02 - QUAL O TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO ?
- 03 - QUANTOS PROFESSORES ATUALMENTE TRABALHAM DIRETAMENTE NAS ESCOLAS DO CAMPO ?
- 04 - ALÉM DOS PROFESSORES, QUAIS OUTROS FUNCIONÁRIOS ATUAM NAS ESCOLAS DO CAMPO ?
- 05 - COMO É FEITO O ABASTECIMENTO DE ÁGUA DESSAS ESCOLAS ?
- 06 - QUAIS PROGRAMAS DO GOVERNO ESSAS ESCOLAS SÃO BENEFICIADAS ?
- 07 - QUAIS AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO QUE AS ESCOLAS DO MUNICÍPIO SÃO CONTEMPLADAS ?
- 08 - O CURRÍCULO TRABALHADO NESSAS ESCOLAS É BASEADO NA PEDAGOGIA DO CAMPO ? DETALHEM COMO É FEITO ESSE TRABALHO.
- 09 - O MUNICÍPIO OFERECE ALGUM CURSO DE FORMAÇÃO PARA OS PROFESSORES QUE ATUAM NAS ESCOLAS DO CAMPO ?
- 10 - NA SUA OPINIÃO, O QUE SE DEVE FAZER PARA MELHORAR A EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DO CAMPO ?